

## Pedagogia antirracista, epistemicídio e literatura negrobrasileira: por que querem calar as vozes das mulheres na literatura e nas escolas?

Valmir Luis Saldanha da Silva<sup>1</sup>

Simone Gabriela Rodrigues Benedito<sup>2</sup>

### RESUMO

No presente artigo desenvolvemos uma análise da coletânea *Querem nos calar: poemas para sem lidos em voz alta*, organizado por Mel Duarte (2019), a fim de pensar o ponto de vista feminino na literatura negrobrasileira e de contribuir para o desenvolvimento de estratégias de pedagogia antirracista e de luta contra o epistemicídio. Após analisar a relação entre os *griots* da África e a poesia falada de que esta coletânea é tributária, nós concluímos demonstrando a força da palavra corporificada e da ressignificação das estruturas ideologicamente comprometidas com o viés masculino, apontando para a potência da lírica apresentada nessa coletânea e para a importância de obras como essa para superar o epistemicídio abordado por Sueli Carneiro (2005) e o racismo na escola de que fala Kabengele Munanga (2005).

**Palavras-chave:** literatura negrobrasileira; literatura feminina; pedagogia antirracista; epistemicídio; racismo estrutural; didática negra.

<sup>1</sup> Professor de Língua Portuguesa e Literatura, IFSP Campos do Jordão, Doutorando em Estudos Literários, UNESP-FCLAr, GEAL-UFPB – Grupo de Estudos em Antropologia Literária, Grupo de Pesquisa LLE-IFSP – Linguagens, Literatura e Educação,. E-mail: [valmir.saldanha@ifsp.edu.br](mailto:valmir.saldanha@ifsp.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5605-4409>

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Federal São Paulo, IFSP. Email: [simone.g@aluno.ifsp.edu.br](mailto:simone.g@aluno.ifsp.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7322-4959>



## Anti-racist pedagogy, epistemicide and Brazilian black literature: why do they want to silence women's voices in literature and in schools?

### ABSTRACT

In this paper we developed an analysis of the collection *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta*, organized by Mel Duarte (2019), to think about the feminine point of view in black Brazilian literature and contribute to the development of strategies of anti-racist pedagogy and fight against epistemicide. After analyzing the relationship between the *Griots* of Africa and poetry speaks of the collection, we conclude by demonstrating the strength of the word corporificated and the resignification of structures ideologically committed to the male bias, pointing to the power of lyric presented in this collection and for the importance of works like this to overcome the epistemicide addressed by Sueli Carneiro (2005) and racism in the school of which Kabengele Munanga speaks (2005).

**Keywords:** brazilian black literature; women's literature; anti-racist pedagogy; epistemicide; structural racism; black didactics.

### 1. Introdução

Com a promulgação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, as Escolas viram-se “obrigadas” a tratar de uma parte fundamental, mas marginalizada, da formação da sociedade brasileira. Como o discurso é, por excelência, “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos” (BRANDÃO, 2012, p. 11), as primeiras disputas ideológicas orbitaram a definição de qual literatura deveria ser levada para as salas de aula, se seria a literatura africana, a africana de língua portuguesa, a brasileira de perspectiva negrista – quando “existe uma voz autoral externa à afrodescendência, explícita ou não no discurso, mas que se simpatiza com o universo deste coletivo” (SILVA DE OLIVEIRA, 2013, p. 15) –, a afro-brasileira, a negro-brasileira (CUTI, 2010) etc.

Essa disputa, que já não era aleatória, ganhou um componente importante em sua

223



definição, visto que a tendência humana de repetir padrões (FREUD, 1914/1996) fazia com que se buscassem representantes do sexo masculino para suprir a lacuna aberta pela lei e que devia, por força, ser fechada pelas instituições de ensino e pelas práticas docentes. Dessa forma, foram revitalizadas tanto as marcas de negritude de Machado de Assis, de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, quanto foram louvadas as virtudes narrativas de Paulo Lins, de *Cidade de Deus*, a fim de se dar conta das obrigações legais. A lacuna estava *evidentemente* fechada, já que agora estavam sendo instituídas literaturas negras nas Escolas.

Sem negar a verdade dos fatos, a *evidência* de que se cumpriam todos os requisitos legais apenas colocou em primeiro plano como a própria noção de evidência deixava escapar que, *naturalmente*, não se esperava que houvesse uma literatura feita por mulheres negras/pretas nessa História e Cultura Afro-Brasileira. “Com efeito, o caráter próprio da ideologia é impor (sem que se dê por isso, uma vez que se trata de “evidências”) as evidências como evidências” (ALTHUSSER, 1999, p. 211). Ou seja, tratava-se de falar da história e da cultura dos povos escravizados e de seus descendentes, mas negava-se que o viés a partir do qual se falava fosse o viés da mulher, “sem que se desse por isso”.

Diante de tal “cegueira ideológica”, o trabalho que propomos visa ampliar o espectro do que se entende por literatura negrobrasileira, trazendo a perspectiva colhida no livro *Querem nos calar: poemas para sem lidos em voz alta*, organizado por Mel Duarte (2019) e prefaciado por Conceição Evaristo. Quinze mulheres participam da antologia que alia a força da oralidade e a potência da palavra falada à escrita que pode se transformar em instrumento de trabalho nas diversas salas de aula do Brasil. A fim de que as evidências sejam colocadas em suspenso, esses poemas buscam reorganizar o fazer feminino dentro da literatura e abrir caminho para uma reconfiguração do óbvio, como no poema de Luiza Romão que obriga a repensar toda a cultura ocidental embasada na *Odisseia* de Homero:

#### FADIGA

sozinha  
penélope desfia  
desafia  
abutres, o filho, a multidão



mas os deuses aplaudem ulisses  
(2019, p. 117).<sup>3</sup>

## 2. A lição dos *griôts*

O livro *Querem nos calar*, organizado por Mel Duarte, tem o interessante subtítulo *poemas para sem lidos em voz alta*. Dizemos interessante tanto pelo fato de que o livro busca fugir da inação e da significação mediada unicamente pela página escrita quanto pela história de luta negra que esse subtítulo carrega. História essa compreendida pela própria Mel Duarte (2019, p. 9, grifo da autora) na apresentação que faz do livro ao apontar que

A poesia falada nada mais é do que uma herança cultural, uma memória deixada em nossos genes por quem nos antecedeu. A oralidade era utilizada como forma de manter os costumes e crenças vivos, desde a Grécia Antiga, passando pelos trovadores provençais e os *griots*, e desde então vem sendo inserida em diversos movimentos como o beatnik, o dos direitos civis e a afirmação negra norte-americana, chegando aos poetas de ruas, aos saraus e, hoje, aos slams.

Duas expressões nos chamam a atenção na fala de Duarte: “*slams*” e “*griots*”. Observemos mais de perto cada uma delas. Por *slam poetry* ou apenas slam devemos entender uma “batalha” de poesia, em que poetas declamam, sem “adereços, figurinos nem acompanhamento musical” (2019, p. 10) textos de autoria própria, que são avaliados por um júri popular. Nesse tipo de batalha, para Smith e Kraynak (2009), cinco são os fatores avaliados pelo júri, a saber: poesia, performance, competitividade, interatividade e comunidade. Ou seja, não é o/a poeta com o texto mais bem acabado (em termos puramente formais) que vence a batalha, mas aquele/a que incorpora o texto poético à própria existência e faz com que as palavras sejam uma extensão da entonação da voz que, por sua vez, se coaduna aos movimentos do corpo, fazendo com que seja quase impossível separar o sujeito da ação por ele executada.

É nesse sentido, nos parece, que Mel Duarte (2019, p. 11) indica que “O slam é um espaço poético-político, democrático, que tem como principal conceito a liberdade de

---

<sup>3</sup> A fim de organizar as citações, escolhemos indicar todos os poemas retirados da coletânea com o ano de publicação (2019) seguido da página em que ele se encontra. Dessa forma, citaremos textualmente o nome das autoras dos poemas.



expressão, fazendo do livre diálogo uma ferramenta para a construção de novos horizontes”. E é nesse sentido também que devemos olhar para a segunda expressão que destacamos anteriormente do texto de Duarte: *griots*.

Serrano e Waldman (2010, p. 95, grifo dos autores), apontam que

Os *griots* resguardaram vasto repertório de contos, provérbios e relatos históricos, possuindo um *status* social especial, conferido pela tradição e honorabilidade desde tempos imemoriais. Na África, a sua atuação reveste-se de importância primordial em termos da perpetuação da memória. Foi por meio de sucessivas gerações de *griots* que o passado de muitas sociedades do continente foi fixado.

Ou seja, mesmo o continente africano sendo um dos berços da palavra escrita (SERRANO; WALDMAN, 2010), em muitas das sociedades tradicionais de África houve uma espécie de opção pela palavra oral como forma de manutenção das identidades. Para o senegalês Djibril Niane (1982, p. 85), “há povos que se servem da linguagem escrita para fixar o passado; mas acontece que essa invenção matou a memória [...]: eles já não sentem mais o passado, visto que a língua escrita não pode ter o calor da voz humana”. Os *griots*, então, seriam como um repositório vivo da cultura viva de povos vivos. Enfatize-se nossa escolha pelo vocábulo “vivo”, uma vez que, seguindo a lição de Niane, a palavra escrita não permite “sentir” o passado vivido.

Dessa forma, estes *griots* músicos, embaixadores e cortesãos, genealogistas, historiadores e poetas (HAMPATÉ BÂ, 2010), salvaguardas de um modo de ser que não pode ser fechado na “frieza” da palavra escrita, são nomeadamente os guias da coletânea de poemas organizada por Mel Duarte, pois os textos que compõem essa coletânea não devem esgotar-se na relação entre tinta e papel. A poesia falada do *slam* não está, portanto, alicerçada sobre uma suposta incapacidade para “escrita” do texto, pelo contrário, o *slam* é a escolha – política, como toda escolha – de se restabelecer a ligação simbólica com os antepassados africanos que constituíam-se como sujeitos por meio da força vital contida na palavra falada, contada e cantada como ritual.

Há, no entanto, ainda um elemento a ser previamente analisado da coletânea de Mel Duarte: a questão do gênero. Pode-se pensar que a relação entre a função social dos *griots* e a



cultura hip-hop – em especial, o rap – está na “tentativa de resistência e ressignificação cultural diante das transformações da realidade africana a partir dos processos de colonização e globalização” (LIMA; COSTA, 2015, p. 228), mas, ainda que isso pareça acertado, não responde à afirmação que surge como manifesto no livro de Duarte: *Querem nos calar*. Isso porque a “resistência” e a “ressignificação cultural” de que falam Lima e Costa estão atreladas às ações de agentes sociais homens. Das comunidades tradicionais africanas às “batalhas” de poesia, é o masculino, isto é, são os homens que têm a voz para falar e, por isso mesmo, são eles que mantêm a memória dos povos e conduzem as manutenções e as mudanças sociais.

Tome-se, por exemplo, o crítico Acauam Oliveira que, quando analisa a obra *Sobrevivendo no inferno* (1997), dos Racionais Mcs’s, expõe que esse álbum passa a ser um marco na música e na cultura nacionais porque seu “foco está na construção de uma fraternidade de iguais no interior de uma comunidade periférica que se afirma contra um projeto de nação que a deseja exterminar” (2018, p. 24). Não se nega a potência e a importância do texto contundente dos Racionais, nem o pioneirismo na constituição de uma subjetividade para os povos pretos, pobres e periféricos do Brasil que nenhuma obra “acadêmica” fora capaz de conceber. Ainda assim, a “fraternidade de iguais” de que fala Oliveira não encontra eco na realidade das mulheres que, via de regra, continuam subalternizadas quer seja na cultura hip-hop quer seja na práxis da vida cotidiana.

Conceição Evaristo (2019, p. 13, grifo da autora), em prefácio à obra, comenta: “As nossas falas de mulheres e notadamente as das mulheres negras podem ser agregadas como refrão às vozes desta antologia. *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta* é uma escrita em confronto ao silenciamento que buscam impingir sobre nós”. É contra a desigualdade de voz que as quinze mulheres que compõem a coletânea (Anna Suav, Bell Puã, Bor Blue, Cristal Rocha, Dall Farra, Danielle Almeida, Laura Conceição, Letícia Brito, Luiza Romão, Luz Ribeiro, Mariana Felix, Meimei Bastos, Negafya, Roberta Estrela D’Alva e Ryane Leão) posicionam-se. Seguindo as lições dos griôs, elas querem a palavra falada como expressão do poder, como constituição subjetiva e como ordenadora social de histórias que ainda não foram contadas (CARNEIRO, 2020).



### 3. Epistemicídio e racismo estrutural

Para a filósofa Sueli Carneiro (2020) a mulher negra vivencia uma condição de “asfixia social”, pois ela é a síntese de duas opressões: a opressão de gênero e a de raça. Nesse sentido, é essencial reconhecer o racismo e o sexismo como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais, que resultam na exclusão e na marginalização das mulheres negras.

Para tentar superar tal situação, engendrou-se uma luta pela afirmação da identidade e do reconhecimento social e intelectual dessas mulheres. Esses esforços possibilitaram, por exemplo, tanto a revisão da importância de autoras negras na formação da literatura brasileira, como Maria Firmina dos Reis (*Úrsula*, 1859), Ruth Guimarães (*Água funda*, 1946), Carolina Maria de Jesus (*Quarto de despejo: diário de uma favelada*, 1960) e Geni Guimarães (*Leite do peito*, 1988), quanto o impulso para que muitas autoras negras pudessem superar os limites da exclusão, assumindo seu protagonismo no campo das produções literárias, casos de Miriam Alves (*Mulher Mat(r)iz*, 2011), Ana Maria Gonçalves (*Um defeito de cor*, 2006) e Conceição Evaristo (*Olhos d'Água*, 2014).

No entanto, mesmo que as autoras que citamos, de um modo ou de outro, estejam ultrapassando alguns obstáculos impostos por uma “combinação de práticas, discursos e representações numa rede de estereótipos afetivos que nos permite atestar a formação de uma *comunidade* racista (ou de uma comunidade de racistas)” (BALIBAR, 1991, p. 32, grifo do autor, tradução nossa), Sueli Carneiro nos atenta sobre outro fenômeno que incide sobre a literatura negra: o epistemicídio. Isto é, o silenciamento sistemático dos saberes produzidos por grupos historicamente oprimidos. O conceito de epistemicídio foi elaborado originalmente pelo sociólogo português Boaventura Souza Santos e, segundo Carneiro (2005), pode ser compreendido como um processo que anula e desqualifica o conhecimento dos povos subjugados e, além disso, é responsável pelos efeitos de

[...] deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de



morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Dessa maneira, podemos perceber a importância do ato de ler, estudar e citar obras de autoria negra. Consumir essa literatura é uma forma de ampliar a nossa visão de mundo, de construir uma prática de leitura crítica, conhecendo narrativas contadas pelo ponto de vista dos oprimidos, pois, como afirma Carneiro (2018, s/p): “O lugar que nos foi destinado, como o limite da exclusão, nos faz portadoras de uma visão crítica da sociedade brasileira, com a radicalidade que somente esse lugar contém”.

Vale ressaltar que, como afirma Ribeiro (2019, p. 65), estudar esses autores que sofrem o chamado “epistemicídio” não pode ser uma prática baseada numa perspectiva essencialista, ou seja, “na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros. A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber”. Nesse sentido, é essencial questionar a ausência e/ou a invisibilidade de autoras negras na literatura e, por conseguinte, problematizar esse fenômeno materializado na academia, nas construções curriculares, que integram as práticas didáticas desde a educação básica até o ensino superior.

Pensar a manifestação do racismo nos campos da literatura e da educação é trazer para a discussão as implicações do racismo institucional. Para tanto, nos valem das explicações do filósofo e professor universitário Silvio Almeida (2020, p. 47):

O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional [...]. As instituições são a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.

Desse modo, o autor afirma que as instituições que não tratarem de forma crítica o problema da desigualdade racial irão reproduzir as práticas racistas já naturalizadas na sociedade. Assim, governos, empresas ou escolas que não se mobilizam para tratar os conflitos raciais reproduzem “o racismo na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas,



silenciamento, isolamento etc.” (ALMEIDA, 2020, p. 48). Além disso, como observamos, no campo educacional, a manifestação desse fenômeno também pode ser constatada pela ausência de epistemologias negras nas estruturas curriculares.

Inicialmente, perceber as dimensões do racismo estrutural pode causar uma impressão de que esse problema é incontornável. Contudo, Almeida (2020) enfatiza que o propósito dessa análise é entender a complexidade que constitui historicamente as relações raciais nas sociedades contemporâneas. Sendo assim, admitir o racismo como parte da estrutura só reafirma a responsabilidade individual dos sujeitos na luta antirracista, pois:

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. (ALMEIDA, 2020, p. 52).

Assim sendo, a luta antirracista deve constituir-se pela tomada de posturas que vão além do repúdio moral do racismo, a fim de trazer mudanças nas atitudes mais cotidianas. Como, por exemplo: a) informar-se sobre o racismo, b) reconhecer os privilégios da branquitude, c) perceber e lutar contra o racismo internalizado nos sujeitos, d) apoiar políticas educacionais afirmativas, e) questionar a cultura que está sendo consumida, f) combater a violência racial, g) ler autores e autoras negras, entre tantas outras práticas apresentadas pela filósofa e ativista Djamila Ribeiro (2019). Nesse sentido, acreditamos que a antologia *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta* traz consigo a possibilidade de refletir sobre todos esses elementos fundamentais na luta antirracista, além de desenvolver um movimento tanto de sororidade quanto de denúncia ao machismo, ao sexismo e às desigualdades. É lírica bem pensada e bem construída e posicionamento crítico contundente.

Como melhor define o poema de abertura da coletânea, de Anna Suav, em que a voz poética alinha-se à postura *gauche* drummondiana e, ambigualmente, não se entrega, pois nem foge à luta e nem pode admitir qualquer tipo de fraqueza:

[...]  
É sobre ser rio e ao mesmo tempo ponte para atravessar  
Sobre ser processo, meio, caminho  
Atenta ao percurso que uma hora há de findar  
E recomençar



*Trago em mim todos os sentimentos do mundo*  
Todos os amores que em mim cabem carrego bem no fundo  
Não sabendo ser rasa, não sabendo ser metade  
Mas concordando com a voz rouca “Você não sabe se entregar”  
[...]  
(2019, 19).

#### 4. A poesia em *Querem nos calar*

Nas tramas da poesia, encontramos a possibilidade de colocar em prática todas as estratégias de combate ao racismo e ao epistemicídio de que vínhamos falando. Em *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta*, temos reflexões sérias e contundentes acerca das experiências de mulheres negras. Em forma de versos, rimas e indagações, essas autoras denunciam episódios racistas e machistas que estão presentes na nossa sociedade.

Dessa maneira, a obra em questão se consolida não somente como um livro de poemas, mas como um material de apoio que pode nos auxiliar na tomada de posturas antirracistas. Nossas reflexões pretendem apontar um caminho possível a ser trilhado, de forma que possamos, ao final deste percurso, ampliar as possibilidades de uma prática educacional libertadora. Nesse sentido, a proposta é refletir sobre as questões do racismo, por meio de uma leitura crítica desses poemas.

Antes, no entanto, de fazermos uma leitura mais vertical, convém demonstrar uma importante relação entre alguns dos textos constantes da coletânea e as várias práticas de ação antirracista abordadas por Ribeiro (2019). Não se pense, no entanto, que se busca fazer uma leitura instrumental dos poemas, associando-os a questões didáticas “engessadas” e, por isso mesmo, destituídos de consistência artística. Pelo contrário, compreendemos a especificidade da poética do *slam* e, a partir disso, pretendemos indicar possíveis formas de se pensar uma pedagogia antirracista tendo por base o livro organizado por Mel Duarte.

É fundamental compreender que em poemas como os que analisamos, para usar a feliz expressão do professor Antonio Candido, em “Crítica e sociologia”, “o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CANDIDO, 2006, p. 14). Ou seja, a oralidade determinante dos poemas de *Querem nos calar* dialoga de modo direto com a



vida de cada uma das mulheres autoras e as palavras usadas na construção textual revelam a estrutura de manifesto, presente na maior parte dos textos, contra a imposição da “voz calada”. Nesse sentido é que há uma simbiose entre autoras e textos, como no poema de Daniele Almeida, *Eu, Manifesto*, em que o eu poético é mais do que a voz poética, é o eu empírico que se transforma em manifesto por meio do texto. Assim:

[...]  
Em versos quebrados  
Dessa forma resisto  
Dessa forma existo  
Mantenho minha cabeça e meus punhos erguidos  
Mesmo em meio a tantas ameaças  
Eu protesto!  
Eu, manifesto!  
(2019, p. 77).

Ou na prosa poética de Bor Blue, que encarna a luta contra a estereotipação e o genocídio indígena:

[...] É perturbador... Todas as noites eu sonho com a foice na minha garganta, uma espécie de lembrança do que foi ser expulsa de casa, ver minha família de mãos atadas. Não reage, perdemos, não faz nada. Mas a cabocla voltou com força e livre como um beija-flor, traz consigo o que guardou, porque a aldeia ainda é viva dentro dela... E esse povo que vê o mundo pela janela não entende o que é estar preso. Tu sabe qual a cor da borboleta que me sustenta? Eu tô aqui na tua frente, não sou lenda. [...] (2019, p. 46).

Ou ainda no *Teimosia* de Meimei Bastos, que constrói um poema em que a voz lírica afirma ser “[...] a teimosia nas universidades/ excludentes/ o compromisso da continuidade/ da luta de um povo// sou a resistência ao não!” (2019, p. 173). As vivências negadas e interditas às mulheres vêm à tona em outro poema seu – *Diz do autoamor, ou siririca* –, no qual há uma busca por desfazer a imagem construída socialmente do corpo da mulher como objeto intangível e imaculado até para ela mesma. A lírica aqui obriga a rever os pudores e a perceber a beleza de uma existência que não se pauta pela dualidade *corpo X espírito* de inspiração platônica, agostiniana e cartesiana, mas que compreende essas duas facetas como inseparáveis da condição de sujeito e que aceitar ser razão e sentidos é fundamental para, de fato, ser:



quando menina me diziam:  
SE TOCA!  
se comporta,  
senta direito,  
fecha essas pernas,  
isso não é coisa de menina!  
não pode isso,  
não pode aquilo.

[...]

SE TOCA!  
você é mulher,  
tem que se dar ao respeito,  
tem que se valorizar!

SE TOCA!

e, então, eu me toquei.  
toquei meus cabelos,  
meus lábios,  
meus seios,  
minha pele,  
meu clitóris,  
minhas marcas.

[...]

e, num orgasmo,  
presente dado por mim,  
para mim  
por minhas mãos  
de dedos sensíveis  
e calejados,  
me senti e  
me aceitei, assim como sou.

[...]

me tocar foi o melhor presente que me dei.  
(2019, p. 166-169)

Por tudo isso é que Luiza Romão também escreve seu *Manifesto* em que desenvolve a arte poética que parece dar unidade ao conjunto de poemas das quinze autoras. Situado em uma posição central da obra, o texto de Luiza enuncia que a poesia que não encontra a possibilidade de ser transformada em voz e de transformar a realidade não passa de uma bolsa



de pus que se acumula nos tecidos e nos órgãos do corpo humano, ou seja, a poesia que não ultrapassa o estado de objeto artístico e se transforma em vivência não é mais que um “abscesso”:

poesia é palavra em estado de lança-  
-chamas que faz mijar na cama  
[...]

poesia é a vingança da cigarra  
enforcar a última formiga  
nas tripas do último louva-deus

[...]

eu só acredito num soneto sujo de terra  
perfeita métrica  
de alicate com cerca elétrica

you quer entender o que é poesia?  
o primeiro passo é desaprender gramática  
é preciso entender a lírica  
de cinco mil famílias exigindo moradia  
é preciso desmontar corretores  
para entender a semântica  
de uma mulher se tocando pela primeira vez  
aos quarenta e oito anos

[...]

poesia é mais que denúncia  
é revide  
de mão fechada  
e peito aberto  
que sem pulmões um poema é abscesso  
[...]  
(2019, p. 124-125).

Do ponto de vista do epistemicídio, portanto, este livro revela uma faceta que *querem calar*: a de que mulheres podem produzir excelentes poemas, mas que eles não precisam conter a já naturalizada vivência masculina para serem excelentes poemas. O referente é outro. No caso dessa coletânea, é a vida de mulheres, com suas peculiaridades e subjetividades próprias que vem à tona. São mulheres que falam por si e que não querem falar *por todas as mulheres*,



pois falar *por todas* significa impedir que cada uma possa construir sua própria subjetividade. No poema *não*, de Bell Puã, isso fica explícito:

não  
eu não falo  
pelas mulheres  
chega de sermos  
interrompidas  
não  
eu não falo  
pelas mulheres  
quero ouvi-las  
(2019, p. 29).

Mas a vida dessas poetas não é narrada como se estivéssemos diante de um documentário. É, na verdade, ficção/lírica baseada na vivência, como se vê no poema de Ryane Leão: “a palavra permite que eu me conheça/ conheça os protestos que moram em mim/ conheça os pavores de que ainda não me livrei [...]” (2019, p. 210) ou no *Manas*, de Mariana Felix: “O que faz dele um animal/ É o seu ponto fraco/ Eu quebro ele é na palavra/ Eu ando armada! Da melhor arma! [...]” (2019, p. 145). É a palavra que vive e faz dessas mulheres a própria poesia. Por isso a importância de que essas palavras não *morram* nos livros, mas que vivam nas poesias faladas dessas slammers que compreendem a necessidade de fazer-se poesia por inteiro, com o corpo, com a alma e com a escolha das palavras que, bem entoadas, tocam o corpo e alma dos ouvintes-leitores. Exemplo interessante dessa forma de concepção poética pode ser visto no texto *o céu estava da cor do terceiro azul da caixa de 24 lápis de colorir*, de Letícia Brito:

[...]  
não existe poesia na hora do rush  
cinco carros de polícia com sirenes ligadas  
confirmam essa afirmação

uma moça observa-me escrevendo  
talvez ela espere um poema  
talvez a poesia a toque  
talvez por ela eu consiga não ficar aqui no rush  
eu consiga conectar  
meus sentidos táteis  
com os poros poéticos do Universo



há que se ter uma veia aberta  
um ponto onde a poesia possa lhes contagiar  
quem sabe se eu tossir?  
quem sabe se eu espirrar?  
já sei  
vou rasgar a carne e sangrar  
vou doar meus olhos, meu tato,  
meus sentidos para cada um de vocês

vou morrer mais um poema

espero tê-los infectado de poesia.  
(2019, p. 100-101).

Aqui a oposição *poesia X carros de polícia com sirenes ligadas* expõe o contexto em que a palavra poética nasceu. Porém, o eu lírico não se contenta em descrever o horror que fatalmente se seguiria aos “cinco carros de polícia com sirenes ligadas”, a escolha lírica é por voltar-se para a “moça” que a observa escrevendo e, por ela, tentar se conectar para além do horror cotidiano e da hora do rush, também violenta. Mas se o cenário é todo violento, por mais que se escolha a poesia ao invés dos carros de polícia, essa escolha é constituída igualmente pela dor de quem “rasga a carne e sangra”. A escolha pela poesia é a escolha por ver, tocar e sentir outro tipo de experiência. Daí a voz lírica querer “doar” o seu modo de viver a quem entrar em contato com o poema e, através do poema, entrar em contato com a própria poeta. É nesse sentido que ela precisa “morrer”, isto é, doar a si mesma para “infectar” os leitores de poesia. Não se sai ilesa de tamanha doação.

Tampouco se pode esperar que a história que *querem calar* seja algo de que se saia ileso. Luz Ribeiro, em *Je ne parle pas bien*, usa a língua francesa, aponta que “temos funk e blues/ de baltimore a heliópolis” e discorre sobre “uma falsa abolição/ que nos transformou em bordas” através da potência das palavras que podem fazer com que o futuro ilumine o passado, repensando-o:

*excuse moi, pardon  
me...*

[...]

eu tenho uma língua solta  
que não me deixa esquecer



que cada palavra minha  
é resquício da colonização

cada verbo que aprendi a conjugar  
foi ensinado com a missão  
de me afastar de quem veio antes

nossas escolas não nos ensinam  
a dar voos, subentendem que nós retintos  
ainda temos grilhões nos pés

[...]

o que era pra ser arma de colonizador  
está virando revide de ex-colonizado  
estamos aprendendo as suas línguas  
e descolonizando os pensamentos  
estamos reescrevendo o futuro da história  
[...]  
(2019, p. 130-132).

As palavras que se transformam em poesia, em luta e em resistência são as mesmas que fazem parte da constituição social dos brasileiros e das brasileiras, talvez por isso a “descolonização dos pensamentos” não possa alcançar seu objetivo total se as palavras, tal qual ordenadas no “slam das minas”, permaneçam exteriorizadas. Para essas mulheres, antes de falar há que se viver, que se observar e, parafraseando Freud, repetir, recordar e elaborar uma vivência em versos que são palavras, mas também atitudes. Como se lê no poema *Fala*, de Dal Farra: “Abrir a boca é para quem não fala com os olhos” (2019, p. 70).

## 5. A luta antirracista em *Querem nos calar*

Além das questões relativas ao epistemicídio, é possível pensar uma leitura do livro em torno dos temas do racismo e, mais especificamente, do racismo contra mulheres pretas. Pode-se ver essa temática ao longo de todo o livro, como, por exemplo:

Anna Suav: “Sou mais uma Madalena, ousadia e alegria/ Herança de gente preta, sou Norte e da bruxaria” (2019, p. 24).

Bel Puã: “era uma vez um Brasil conservador/ branco dono e preto propriedade/ africano era sem alma/ e o índia era selvagem” (2019, p. 30).



Cristal Rocha: “Ô, Cristal Tu só fala de racismo nas linha!'/ Desculpa, é coisa de preto, tu não entenderia” (2019, p. 60).

Dal Farra: “Mas preta é forte, sempre ouvi falar/ Mãe, preta!/ Resiste desde que não sabia o que era existir/ Mãe preta!” (2019, p. 65).

Danielle Almeida: “Preta, liberte-se” (2019, p. 79).

Laura Conceição: “Excluía-me quando criança/ Por meu peso na balança/ Cabelo encaracolado/ Mas com estilo desleixado/ Hoje a menina ainda dança” (2019, p. 89).

Letícia Brito: “Há sinais e sintomas de que o fim está próximo/ Homens da lei que matam crianças/ Homens que fazem leis que condenam mulheres/ Corpos pretos que sofrem a paixão e a ira, mas quase nunca o afeto” (2019, p. 102).

Negafya: “Eu sou a carne mais barata do mercado e você também é. Então eu o convoco pra essa guerra não declarada” (2019, p. 179).

Os exemplos são abundantes. A fim de trazer algo um pouco mais aprofundado, observemos mais de perto o poema *Arte Escura*, de Cristal Rocha, que denuncia ao longo de seus versos crimes como o genocídio e o encarceramento em massa da população negra – sobretudo dos jovens –, a violência racial, o epistemicídio e o próprio conceito de racismo estrutural.

Afirmando que a sua própria pele “ensinou a resistir”, a voz lírica compreende a arte como uma possibilidade de, finalmente, os negros libertarem-se das “correntes” impostas pelos brancos. Dessa maneira, em suas palavras, a arte escura deve servir “não só como escudo, mas também como ataque!” E é já nessa inversão semântica, ao afirmar “já que é pra escurecer”, ao invés do *natural* “já que é pra esclarecer”, o texto traz para dentro de seus versos o nome de personalidades negras como Martin Luther King, Djamilia Ribeiro e a cantora Ludmilla. O que se sugere é que é a união entre os pretos que pode fazer a revolução. Assim, o poema demonstra como as vozes poéticas dos descendentes das diásporas, quando unidas, representam uma arte poética de enfrentamento, como reitera o recorte a seguir:

Então foda-se a tua banca, minha lírica te desbanca  
Arranca minhas planta, mas nunca vai tocar minha raiz!  
Sabedoria de herança, minha força vem das mucama



Então respeita os ventre que pariu esse país.  
(2019, p. 51)

Aqui, a opção por abordar a “raiz” do sujeito lírico coaduna-se à revitalização histórica do período de escravização e de colonização no Brasil. Ao relacionar a “sabedoria de herança” com a “força das mucamas” e finalizar com um pedido de respeito aos “ventres que pariram esse país”, o poema nos leva a refletir sobre a condição imposta às mulheres negras escravizadas no Brasil, que “eram tratadas como mercadoria, propriedade, portanto não tinham escolha. Nesse contexto, não há como negar que elas eram estupradas pelos senhores de engenho.” (RIBEIRO, 2019, p. 84). Sobre essa questão, Sueli Carneiro (2020, p. 115) afirma:

Fomos escravizadas, discriminadas e inferiorizadas racialmente. Arrancaram os nossos filhos de nossos seios. Nos obrigaram a amamentar e criar filhos que não eram nossos. Essa experiência brutal nos obrigou a conhecer profundamente o outro, o branco [...]. Nos fez descobrir que ninguém é racista por natureza. Aprende-se a sê-lo. Pudemos assistir aquelas crianças brancas, que alimentamos, que fizemos adormecer em nossos braços confiantes, se tornarem feitores, comerciantes de carne humana, torturadores de negros revoltados, estupradores de escravas.

Fazendo ecoar como um grito, as palavras lidas no poema e, ao mesmo tempo, proferidas poeticamente por Cristal, trazem à tona uma série de fatores históricos que incidem significativamente na vida de homens e mulheres de pele escura. Dessa maneira, compreendemos a leitura desses poemas como uma forma de enriquecer os debates sobre o racismo, seja nas escolas, seja nos espaços culturais. O que queremos enfatizar é a extrema importância de reconhecer as contribuições de autores e autoras negras para a literatura, para a produção de conhecimento científico e, assim, incluir essas obras em uma prática educativa antirracista.

Trazendo uma ampliação desse olhar, a historiadora e poeta Bel Puã traz em seus versos questões sobre o racismo, o sexismo e o patriarcado. No poema *todas as mulheres*, vê-se, lê-se e ouve-se a reflexão fala sobre a opressão de gênero que, quando aliada à desigualdade social, constrói o que Sueli Carneiro chama de “matriarcado da miséria”. Leia-se o texto:

todas as mulheres  
são pássaros  
que o patriarcado



tenta aparar as asas  
em cada grito sufocado  
na vigilância às minissaias  
ou na proteção concedida  
ao brother canalha  
assim mesmo  
muitas e muitas  
asas aparadas  
levantam voo  
(2019, p. 33).

Uma leitura analítica desse poema nos permite trazer para a discussão problemas como o feminicídio, o abuso sexual sofrido por mulheres, a questão da impunidade dos agressores, a hiperssexualização e a objetificação dos corpos de mulheres negras, enfim, notamos aqui diversas possibilidades de debates. Em poucos versos e a partir de uma metáfora já tradicional – a do pássaro – o texto consegue sustentar-se nas linguagens do *comunicar*, já que traz em si uma denúncia, do *refletir*, já que sua compreensão demanda uma análise social e histórica, e do *fruir*, já que retoma a imagem do pássaro e leva os leitores/ouvintes para variarem entre o onírico e o ultrarrealista.

Ao final, a mensagem é incisiva, pois aponta que mesmo diante de todos esses problemas, com as “asas aparadas”, muitas e muitas mulheres “levantam voo”. É dessa maneira que concordamos com Mel Duarte que, na abertura da coletânea, reafirma a relevância da literatura negra na busca por mudanças nos padrões sociais, fornecendo subsídios para a construção de uma nova dialética. Já que “num país com a quinta maior taxa de feminicídio do mundo, onde mais de dez mulheres são assassinadas por dia, só não enxerga a importância desse avanço para nós quem sempre teve a sua voz ouvida e propagada” (DUARTE, 2019, p. 10).

## 6. Combatendo o racismo na escola

Destacamos aqui a necessidade e a urgência de uma práxis de combate ao racismo, pois tomando como base uma leitura do marxismo proposta pelo filósofo Louis Althusser (1985), as instituições do Estado são as estruturas que viabilizam a materialização das ideologias. Assim, de acordo com esse pensamento filosófico, a sociedade é constituída por Aparelhos Repressivos

240



e Aparelhos Ideológicos do Estado. Sendo exemplos de instituições que operam por meio da repressão (física ou administrativa) a Polícia e a Prisão, enquanto Escola, Igreja e Família, por exemplo, ligam-se aos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE).

Se, como vemos pela visão althusseriana, a Escola é uma instituição que faz parte dos AIE, atuando na reprodução do racismo, e que conforme argumenta Almeida (2019, p. 64, grifos do autor) “*o racismo como ideologia molda o inconsciente*”, a única forma de combater a violência racial no ambiente escolar é a implementação de práticas pedagógicas antirracistas. Dessa maneira, a fim de atingir os níveis de igualdade que se espera de uma sociedade que valoriza seus cidadãos e os vê como igualmente partícipes de sua democracia:

É dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem:

- a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo [...];
  - b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição;
  - c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais;
  - d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero.
- (ALMEIDA, 2019, p. 48-49).

No entanto, como observa Silvio Almeida, as escolas ainda reproduzem, em suas práticas pedagógicas, discursos que retomam uma visão estereotipada e marginalizada dos negros, silenciando as importantes contribuições de personalidades negras para a história, literatura e afins, “resumindo-se a comemorar a própria libertação graças a bondade de brancos conscientes” (2019, p. 64). Se o que buscamos são novas propostas pedagógicas, tendo em vista uma educação antirracista, há que se pensar na responsabilidade dos docentes com o compromisso de educar para a cidadania e para a justiça racial. Como argumenta Munanga (2005, p. 16):

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco.



Uma análise vertical da abordagem de Kabengele Munanga traz para a discussão uma outra problemática: a formação discursiva subjacente à escrita e à formatação dos materiais didáticos que, muitas vezes, emanam sentidos depreciativos, preconceituosos, estereotipados e eurocêntricos em relação aos povos africanos. Além disso, quase sempre a história da população negra narrada nas escolas é apresentada apenas pelo ponto de vista do poder, retirando, sob a ótica do autor, a humanidade das pessoas negras, pois elas deixam de ser vistas com a complexidade inerente à própria condição humana para serem vistas apenas como *negros e negras* (MUNANGA, 2005).

Embora possamos notar os esforços para combater o racismo no ambiente escolar, principalmente com o aumento de políticas educacionais que visam a superação do racismo, como, por exemplo, a Lei n. 10.639, que obriga o ensino da cultura/história da África nas escolas, e as políticas de ações afirmativas nas universidades, é evidente a necessidade de ir além nas pesquisas e nas práticas em sala de aula, sobretudo para acabar com a falsa ideia de que existe uma democracia racial no Brasil.

Segundo Almeida (2019) vivemos em uma sociedade em que o racismo opera como regra e não como exceção, isso significa assumir um problema de ordem estrutural, que tem seus desdobramentos em processos políticos e históricos. Diante disso, Kabengele Munanga (2005, p. 15) argumenta que nossas ações precisam partir, antes de tudo, da tomada de consciência da nossa realidade, visto que “somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.”

Queremos salientar aqui a inegável importância das leis. Contudo, não podemos nos furtar a afirmar que elas por si só não são capazes de acabar com as atitudes preconceituosas das pessoas. Por isso é que Munanga vê na educação a possibilidade de problematizarmos e desconstruirmos “os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados” (MUNANGA, 2005, p. 17) e por isso é que cremos que obras como *Querem nos calar* podem contribuir sobremaneira nessa árdua tarefa, uma vez que não só contém os elementos de enfrentamento ao racismo, ao



preconceito e ao apagamento, quanto constitui-se por poemas cuja estrutura revela cuidado com a forma e, em geral, boa literatura, tanto para ser lida em silêncio quanto para ser *lido em voz alta*.

Com efeito, do ponto de vista das escolhas pedagógicas que a escola precisa assumir e que buscamos iluminar pela análise do livro em questão, encontramos-nos diante de dois desafios: a) assumirmos que existe discriminação e preconceito racial no Brasil e que isso causa forte impacto nas desigualdades sociais; e b) com isso em mente, investirmos em estratégias educativas de combate ao racismo. Por conseguinte, justamente por compreendermos a complexidade da luta antirracista é que o objetivo deste trabalho não é o de propor aos educadores fórmulas prontas, mas sim apresentar um livro de bom valor estético e de grande potencial social que pode suscitar propostas de trabalho que auxiliem no processo de transformação de nossas práticas pedagógicas.

O que sugerimos são ações que sejam construídas com base em uma perspectiva de educação dialógica, por meio da troca de experiências e de debates. Desse modo, os poemas aqui apresentados são apenas alguns exemplos de como podemos trazer para a sala de aula todas as questões que envolvem o racismo. Ademais salientamos que o trabalho educativo com obras de autoria negra, ao mesmo tempo que contribui com referências positivas na vida de crianças, jovens e adolescentes, propõe ações que visam mudanças de ordem social, cultural e pedagógica. Como nos ensinou Paulo Freire (2019, p. 59), “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”.

## 7. Considerações finais

A Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento (TMOP), teoria que busca revisitar a proposta pedagógica de Jean Piaget e que vem sendo estudada e divulgada a mais de trinta anos principalmente por Moreno Marimón e Genoveva Sastre, em livros como *Conhecimento e mudança* (1999) e *Como construímos universos* (2014), aponta para a ideia de que a noção de realidade que os seres humanos têm depende fortemente de algumas capacidades físico-



biológicas mais ou menos desenvolvidas e de questões culturais e sentimentais que nos permitem ver ou nos barram a visão de determinadas estruturas. Assim,

Vemos o que conhecemos e as coisas nas quais acreditamos. Para ver novas coisas necessitamos ampliar nosso olhar; do contrário, nunca as veremos. Por isso necessitamos de novos paradigmas. [...] Dado que sua maneira de ver o mundo acusa as limitações que lhe impõem seus sentidos, seu cérebro, seu sistema nervoso e, em geral, sua constituição anatômica, mas também suas convicções coletivas socialmente construídas e sua história pessoal (MORENO MARIMÓN; SASTRE, 2014, p. 72-77).

O que a visão das autoras propõe é, portanto, a necessária reorganização dos olhares para que se possa ver o que é *evidente*, mas – mesmo evidente – impossível de ser visto por quem não se apropriou dessa perspectiva sócio-histórica. Por isso é que um livro como *Querem nos calar*, bem como a literatura produzida por diversas outras mulheres no Brasil e no mundo, tem uma função didática grandiosa, já que reorganiza o mundo abre o caminho para que possamos construir “novos paradigmas”, em que a(s) mulher(es) sejam sujeitos de suas próprias experiências e que não haja mais a necessidade de gritar que há pessoas que Querem nos calar.

Diante disso, nosso trabalho buscou colaborar para que os educadores possam refletir e planejar constantemente suas práticas, sempre tendo em vista os conflitos raciais que ocorrem nos espaços escolares. Entendemos que embora a escola não possa resolver sozinha toda a complexidade que envolve o racismo, ela possui um potencial de destaque (MUNANGA, 2005). Acreditamos, assim, que é por meio da educação que podemos propor mudanças de ordem social.

## 7. Referências

- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Tradução Guilherme J. de F. Teixeira; Introdução de Jacques Bidet. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2020.
- BALIBAR, É. ¿Existe um neorracismo? In: BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. *Raza, nación y clase*. Madrid: Iepala, 1991, p. 31-48.



- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 3. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CARNEIRO, S. A. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen, 2020.
- CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DUARTE, M. (Org) *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- DUARTE, M. Rompendo o silêncio através da poesia falada. In: DUARTE, M. (Org) *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019, p. 8-11.
- EIROA, C. *A literatura da mulher negra: Sueli Carneiro indica autoras negras*. Entrevista publicada no portal Geledés – Instituto da Mulher Negra. 2018. Disponível em: [A literatura da Mulher Negra: Sueli Carneiro indica autoras negras - Geledés \(geledes.org.br\)](http://www.geledes.org.br) Acesso em 21/12/2020.
- EVARISTO, C. Prefácio. In: DUARTE, M. (Org) *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019, p. 12-15.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, p.161-171.
- HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). *História geral da África, I. Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.
- LIMA, A.; COSTA, A. C. F. Dos Griots aos Griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil. In: *Revista Diversitas*, São Paulo, n. 3, p. 216-245, 2015.
- MORENO MARIMÓN, M. et al. *Conhecimento e mudança: os modelos organizadores na construção do conhecimento*. São Paulo: Moderna, 1999.
- MORENO MARIMÓN, M.; SASTRE, G. *Como construímos universos: amor, cooperação e conflito*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. UNESCO, 2005
- NIANE, D. T. *Sundjata ou a epopeia mandinga*. São Paulo: Ática, 1982.
- OLIVEIRA, A. S. de. O evangelho marginal dos Racionais Mc's. In: *Racionais Mc's. Sobrevivendo no inferno*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018, p. 19-37.
- SERRANO, C.; WALDMAN, M. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



- RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SILVA DE OLIVEIRA, L. H. *O negrismo e suas configurações em romances brasileiros do século XX (1928-1984)*. 2013. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015.
- SMITH, M. K.; KRAYNAK, J. *Take the mic: The art of performance poetry, slam, and the spoken word*. Naperville: Sourcebooks MediaFusion, 2009.

